



PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA VELHA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
"Deus seja louvado"

Vila Velha, ES, 03 de dezembro de 2024.

MENSAGEM DE LEI Nº 033/2024

Senhor Presidente,
Senhores Vereadores,

Temos a honra de submeter à apreciação de Vossa Excelência e dignos Pares para exame, discussão e votação, o Projeto de Lei que *"Altera e acrescenta dispositivos às Leis nº 4.127, de 04 de dezembro de 2003 e nº 3.375, de 14 de novembro de 1997 e dá outras providências"*.

O Código Tributário Municipal, atualmente em vigor, iniciou sua vigência no exercício de 1997. Assim, passados 27 anos, é necessária sua atualização, buscando harmonizar a legislação municipal com a de âmbito nacional e com recente jurisprudência.

É imprescindível que seja realizada periodicamente uma atualização do Código Tributário Municipal e demais leis que tratam dos tributos municipais para que essas normas possam contemplar a realidade do município e garantir a eficiência na arrecadação.

a) Para alteração dos incisos II, III, XI, XII, XIX e § 1º do artigo 3º da Lei nº 4127, de 4 de dezembro de 2003

O presente Projeto de Lei, dentre outras importantes alterações, tem como objetivo organizar a Lista de Serviços anexa à Lei n.º 4.127/2003, que dispõe sobre o ISS no Município de Vila Velha. Devido algumas alterações sofridas na Lei Complementar n.º 116/2003, bem como nas leis do ISS de outros municípios do Estado, a tributação do imposto em questão por vezes gera algumas inconsistências.

Com o fito de compatibilizar a Lei n.º 4.127/2003 com a Lei Complementar n.º 116/2003 e com as leis do ISS dos municípios da Grande Vitória, com quem Vila Velha realiza operações diariamente, propõe-se neste momento a alteração da numeração de alguns itens da Lista de Serviços anexa àquela lei.

A alteração proposta nos incisos II, III, XI, XII, XIX e § 1º do artigo 3º da Lei nº 4127 diz respeito apenas a numeração constante na Lista de Serviços anexa, não havendo qualquer modificação na sistemática da tributação.

b) Para alteração do inciso II do § 3º do artigo 6º da Lei nº 4127, de 4 de dezembro de 2003

Assim como a situação acima, a alteração proposta no inciso II do §3º do art. 6º da Lei nº 4.127/2003 diz respeito apenas à adequação da numeração constante na Lista de Serviços anexa, não gerando qualquer modificação na sistemática da tributação do ISS.

c) Para alteração do artigo 7º da Lei nº 4.127, de 4 de dezembro de 2003

Assim como a situação acima, a alteração proposta no art. 7º da Lei nº 4.127/2003 diz respeito apenas à adequação da numeração constante na Lista de Serviços anexa, não gerando qualquer modificação na sistemática da tributação do ISS.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA VELHA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

"Deus seja louvado"

d) Para alteração do art. 8º, caput e §4º, da Lei n.º 4.127, de 4 de dezembro de 2003

Após decisões reiteradas da 1ª e 2ª Turma, bem como da Corte Especial do Colendo Superior Tribunal de Justiça acerca da dedução da base de cálculo do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS, atinente aos serviços de construção civil, firmou-se o entendimento de que a dedução do valor dos materiais prevista no § 2º, do artigo 8º da Lei Municipal n.º 4.127, aplica-se unicamente aos materiais agregados de forma permanente à obra, produzidos pelo prestador dos serviços fora do local da obra e por ele destacadamente comercializados com a incidência do ICMS.

A Confederação Nacional dos Municípios destaca que essa mudança de entendimento jurisprudencial representa um avanço importante para os municípios com o incremento de suas receitas próprias.

Ressalta-se que tais modificações estão de acordo com os dispositivos da Lei Complementar n.º 116/2003, que é o fundamento de validade para as leis municipais que instituem o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza. Ao criar suas leis sobre o ISS, os municípios devem se ater às disposições da LC 116/2003, pois esta opera como um balizador jurídico para assegurar que a legislação tributária municipal seja uniforme e respeite o sistema tributário nacional.

e) Para a revogação do §1º, incisos I e II, dos incisos II, III e IV do §2º, dos incisos I e II do §4º, §§5º, 7º e 9º do art. 8º da Lei 4.127, de 04 de dezembro de 2019.

As revogações propostas no presente item dizem respeito à mudança de entendimento jurisprudencial objeto da justificativa acima.

A mudança de entendimento dos Tribunais Superiores indica que os dispositivos supracitados se tornaram inadequados ou até mesmo conflitantes com os princípios constitucionais e com a evolução jurisprudencial. A sua manutenção pode resultar em aplicação inconsistente da lei e gerar litígios desnecessários, além de onerar o sistema judiciário com disputas já pacificadas em instâncias superiores.

f) Para a revogação do art. 8º-A e seus parágrafos da Lei 4.127, de 04 de dezembro de 2003

Conforme já mencionado oportunamente, o Superior Tribunal de Justiça já possuía firme orientação jurisprudencial de que a base de cálculo do ISS é o preço do serviço de construção civil contratado, não sendo possível deduzir os materiais empregados, salvo se produzidos pelo prestador fora do local da obra e por ele destacadamente comercializados com a incidência do ICMS.

Após a manifestação do Supremo Tribunal Federal acerca da matéria, o Superior Tribunal de Justiça firmou o seu entendimento, nos seguintes termos:

“O prestador de serviço de construção civil é, via de regra, contribuinte tão somente do ISS, de modo que, ainda que ele mesmo produza os materiais empregados fora do local da obra, esses materiais não estarão sujeitos ao recolhimento do ICMS e, portanto, não poderão ser abatidos da base de cálculo do ISS. Entretanto, caso o prestador do serviço de construção civil também seja contribuinte do ICMS, os materiais necessários à construção por ele produzidos fora do local da obra e destacadamente comercializados em



PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA VELHA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

"Deus seja louvado"

paralelo com o tomador, porquanto passíveis de tributação pelo imposto estadual, poderão ser subtraídos da base de cálculo do ISS."

Tendo em vista que toda a redação do art. 8º-A da Lei 4.127, de 04 de dezembro de 2003 tornou-se incompatível com a nova interpretação esposada pelos Tribunais Superiores acerca da dedução da base de cálculo do ISS incidente sobre os serviços constantes nos itens 7.02 e 7.05 da Lista Anexa à citada lei, faz-se necessária a sua revogação integral em homenagem ao Princípio da Segurança Jurídica.

g) Para a revogação do art. 8º-B, incisos I e II e seus parágrafos, da Lei 4.127, de 04 de dezembro de 2003

Na mesma esteira das justificativas anteriores, a revogação integral do art. 8º-B da Lei 4.127/2003 busca evitar contradições, promover a segurança jurídica e evitar litígios no âmbito do Município de Vila Velha, tendo em vista a mudança jurisprudencial já analisada, concernente à tributação dos serviços relacionados à construção civil.

h) Para a revogação dos §§ 1º e 2º do art. 8º-D da Lei 4.127, de 04 de dezembro de 2003

A Lei Complementar n.º 116/2003, por meio de seus artigos 8º e 8º-A, fixa a alíquota mínima e máxima do ISS em 2% e 5%, respectivamente. Os municípios têm, portanto, a liberdade para definir as alíquotas do ISS dentro desses parâmetros.

A presente alteração passa a alíquota dos serviços constantes no item 21.01 da Lista anexa à Lei n.º 4.127/2003 (serviços de registros públicos, cartorários e notariais) de 2% para 5%.

A fixação da alíquota em questão é uma prerrogativa, uma liberalidade da Administração Pública que pode ser exercitada de acordo com suas necessidades econômicas, frente à realidade do mercado.

Sobre essa alteração, importante mencionar que a mesma não acarretará em aumento da carga tributária para os munícipes, uma vez que o valor dos serviços de registros públicos, cartorários e notariais são fixados por Ato do Corregedor Geral da Justiça, conforme disposto no parágrafo único do Art. 35 da Lei 9.974/2013.

Vale mencionar que tal alteração na alíquota dos cartórios acompanha o disposto nas legislações tributárias dos maiores arrecadadores da Região Metropolitana (Vitória: art. 25 da Lei 6075/2003, Serra: art. 461 da Lei 3833/2011), que já aplicam a alíquota de 5% sobre a prestação do referido serviço.

i) Para a alteração dos incisos do art. 9º da Lei 4.127, de 04 de dezembro de 2003

O setor de eventos é imprescindível para ratificar a vocação turística da cidade de Vila Velha, segmento que foi muito afetado nos últimos anos em decorrência da pandemia.

Cultura e entretenimento são investimentos para a cidade. Eventos como, Shows, feiras exposições por exemplo, são grandes geradores de empregos e receita que, com isso, arrecadam recursos com os tributos para aplicar em outras áreas essenciais como saúde, segurança e educação. Estes segmentos envolvem muitas pessoas que compõem toda a cadeia produtiva.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA VELHA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
"Deus seja louvado"

Melhorar o ambiente de negócios está entre os compromissos desta gestão, sendo assim, o projeto visa contribuir com a retomada econômica de um dos setores mais afetados pela crise da economia dos últimos anos.

O objetivo do PL com a redução da alíquota é criar um ambiente para que o setor possa restabelecer as perdas e aquecer novamente toda a cadeia atingida.

j) Para a revogação dos incisos V, VI, VII, VIII, IX e X e o parágrafo único do art. 9º da Lei nº 4.127, de 04 dezembro de 2003.

A presente proposta de revogação visa organizar os dispositivos de lei que definem as alíquotas dos serviços tributados pelo ISS, constantes da Lista Anexa à Lei 4.127/2003. Tal alteração objetiva promover a harmonização das disposições normativas existentes, eliminando redundâncias, corrigindo conflitos de interpretação e alinhando a redação à evolução sobre a matéria. A consolidação e clareza do texto legal são essenciais para assegurar a segurança jurídica, proporcionando ao cidadão e aos operadores do direito um instrumento normativo mais acessível, eficiente e coerente.

k) Para alteração da lista de serviços anexa a Lei n.º 4.127 de 04 de dezembro de 2003

A proposta de alteração da Lista de Serviços anexa à Lei 4.127/2003 reflete a necessidade de compatibilização da norma municipal com o seu fundamento de validade, qual seja, a Lei Complementar 116.

A simplificação e atualização da legislação contribui para a integração entre os dispositivos, evitando contradições e facilitando sua interpretação e aplicação. Assim, a harmonização proposta visa aprimorar a estrutura da lei, permitindo uma melhor compreensão e segurança jurídica, tanto para o cidadão, quanto para o administrador público.

l) Para a alteração dos incisos I e II do §1º do art. 56 da Lei nº 3.375, de 14 de novembro de 1997

A presente alteração diz respeito à interrupção da prescrição para o ajuizamento da ação de cobrança do crédito tributário. A redação proposta acompanha a atual disposição do art. 174, parágrafo único do Código Tributário Nacional, que sofreu recente atualização pela Lei Complementar n.º 208/2024.

Além da previsão expressa do despacho do juiz que ordena a citação em execução fiscal como causa de interrupção da prescrição, outra importante inclusão refere-se ao protesto extrajudicial, também contemplado no CTN. Esta última medida fortalece as ações administrativas de recuperação de crédito, tornando-as mais eficazes e permitindo um controle mais rigoroso sobre os devedores.

O protesto extrajudicial para a cobrança de créditos, tributários ou não, pela Administração Pública, é uma ferramenta importante que possibilita, além da interrupção da prescrição: i) a preservação do crédito público; ii) a pressão para o pagamento voluntário; iii) a redução da judicialização; iii) aumento da eficiência na arrecadação.

m) Para a alteração do caput do art. 67 e inclusão dos §§1º e 2º da Lei n.º 3.375, de 14 de novembro de 1997



PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA VELHA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

"Deus seja louvado"

Trata-se de dispositivo de lei que introduz conceitos relativos à Dívida Ativa do Município de Vila Velha.

A inclusão de conceitos no Art. 67 da Lei n.º 3.375/1997 visa esclarecer e uniformizar a compreensão dos termos utilizados ao longo do texto normativo. Ao definir previamente esses termos, busca-se proporcionar maior segurança jurídica e reduzir interpretações ambíguas. Essa abordagem é compatível com as demais normas já consolidadas no ordenamento jurídico brasileiro, que servem de fundamento de validade para o Código Tributário Municipal.

Além disso, a introdução dessas definições contribui para a harmonização do texto, facilitando o trabalho dos operadores do direito e promovendo uma aplicação mais consistente da legislação proposta. Assim, esta alteração visa garantir que o espírito da lei seja respeitado e que seus objetivos sejam alcançados de forma eficaz e segura.

n) Para a inclusão do art. 68-A da Lei n.º 3.375, de 14 de novembro de 1997

A inclusão da norma contida no Art. 68-A da Lei n.º 3.375/1997 visa trazer consequências para eventual omissão dos requisitos previstos do Art. 68, concernentes ao Termo de Inscrição em Dívida Ativa.

A referida inclusão legislativa visa assegurar a Legalidade e a Segurança Jurídica ao exigir que certos requisitos sejam cumpridos, evitando a formação de atos jurídicos defeituosos.

A redação proposta neste artigo do projeto de lei busca harmonizar a legislação municipal com os dispositivos do Código Tributário Nacional, que serve como fundamento de validade ao estabelecer os princípios e diretrizes que todos os entes federativos devem observar na instituição e cobrança de tributos.

o) Para a alteração do §1º do art. 69 da Lei n.º 3.375, de 14 de novembro de 1997

A alteração proposta visa ajustar a multa pela inscrição de débitos em dívida ativa de 5% para 10%, com o objetivo de promover maior efetividade na arrecadação e desincentivar a inadimplência. O aumento da multa é uma medida de fortalecimento da gestão tributária, ao buscar incentivar o pagamento regular dos tributos e reduzir o acúmulo de débitos inscritos em dívida ativa, que geram custos administrativos adicionais ao ente público.

Além disso, a majoração alinha-se à necessidade de equilibrar as finanças públicas, dado que o atraso e a inadimplência impactam diretamente na capacidade do ente de honrar seus compromissos e financiar políticas públicas essenciais. Com a multa ajustada, espera-se que os contribuintes optem pela quitação de suas obrigações dentro dos prazos legais, o que contribuirá para uma maior estabilidade e previsibilidade das receitas.

A proposta, portanto, fundamenta-se na premissa de que a ampliação da penalidade pode atuar como um mecanismo de incentivo ao cumprimento voluntário das obrigações tributárias, ao mesmo tempo em que proporciona maior justiça fiscal entre os contribuintes.

Essa justificativa destaca o propósito arrecadatório, o impacto no comportamento dos contribuintes e a relação da medida com o fortalecimento das finanças públicas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA VELHA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

"Deus seja louvado"

Por fim, destacamos que a presente alteração acompanha o disposto na legislação dos maiores arrecadadores da Região Metropolitana (Serra: art. 175, §1º da Lei 3833/2011, Vitória: art. 25, §1º da Lei 3112/83).

p) Para a alteração do art. 138 da Lei n.º 3.375, de 14 de novembro de 1997

A presente proposta de alteração visa eliminar a expressão "habite-se" do Art. 138 com o objetivo de ampliar o alcance da norma e assegurar a tributação de todos os imóveis edificados, independentemente da emissão do "habite-se" ou do estado formal de regularização da construção. A inclusão desse termo limita o campo de incidência do imposto sobre a propriedade predial, excluindo imóveis construídos que, por quaisquer razões administrativas, não possuem "habite-se" como edificações informais ou construções em fase de regularização, mas que ainda assim geram impactos urbanísticos.

q) Para a revogação art. 140 e seus incisos da Lei n.º 3.375, de 14 de novembro de 1997

A revogação do dispositivo legal em questão visa compatibilizar o Código Tributário do Município de Vila Velha com o seu fundamento de validade (LC 116/2003), proporcionando segurança jurídica ao cidadão e ao administrador público quanto à tributação do IPTU.

r) Para a inclusão dos §§1º e 2º do art. 141 da Lei n.º 3.375, de 14 de novembro de 1997

Em relação à tributação do IPTU, a estipulação de alíquotas diferentes para imóveis edificados e para imóveis não edificados tem como objetivo promover o desenvolvimento urbano. Uma alíquota maior para imóveis não edificados visa desestimular a ociosidade e a manutenção de áreas abandonadas ou usadas de maneira inadequada.

Submeter grandes áreas não edificadas, mas que desenvolvem atividades econômicas, como: estacionamentos, depósitos, portos, aeroportos, etc., a mesma alíquota diferenciada está em desacordo ao primado de justiça fiscal.

s) Para alteração do caput e o §3º e inclusão dos §§4º, 5º, 6º, 7º, 8º, 9º e 10 do art. 151 da Lei n.º 3.375, de 14 de novembro de 1997:

A alteração do art. 151 e a inclusão dos novos parágrafos tem por objetivo trazer maior clareza e precisão quanto aos critérios e procedimentos de lançamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), atendendo ao princípio da transparência e à necessidade de facilitar a compreensão por parte dos contribuintes e administradores públicos.

Atualmente, muitas das regras sobre o lançamento do IPTU estão com a redação imprecisa deficiente, o que gera dúvidas e insegurança jurídica, dificultando tanto a administração pública quanto o cumprimento espontâneo da obrigação tributária pelo contribuinte. Com a inserção dos dispositivos propostos, as normas acerca do lançamento do IPTU serão aprimoradas na lei municipal.

t) Para inclusão do art. 151-A da Lei n.º 3.375, de 14 de novembro de 1997



PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA VELHA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

"Deus seja louvado"

A presente inclusão legislativa diz respeito à notificação do contribuinte acerca da exigência do IPTU através da publicação de Decreto prevendo o Calendário Fiscal para pagamento do imposto.

A publicação do Calendário Fiscal garante que as datas definidas para o pagamento do IPTU, em determinado exercício, sejam amplamente divulgadas e respeitadas tanto pelo Fisco quanto pelos contribuintes. O objetivo dessa norma é, portanto, trazer maior segurança jurídica e previsibilidade na sistemática de tributação do IPTU no Município de Vila Velha.

u) Para inclusão do art. 154-A da Lei nº 3.375, de 14 de novembro de 1997

A presente alteração legislativa visa incluir no Código Tributário Municipal o direito de impugnação do contribuinte ao lançamento do IPTU.

O direito de impugnação está intimamente relacionado aos princípios do contraditório e da ampla defesa, que são garantias fundamentais asseguradas pela Constituição Federal (art. 5º, LV). Esses princípios visam proteger o contribuinte contra cobranças indevidas, erros de lançamento ou outras irregularidades no processo de constituição de um crédito tributário.

v) Para revogação do inciso IV do art. 155 da Lei nº 3.375, de 14 de novembro de 1997

A presente revogação objetiva harmonizar o Código Tributário Municipal e evitar interpretações equivocadas, tendo em vista que a norma contida no inciso IV do art. 155, ora revogado, repete o comando constante no art. 154, §1º.

w) Para a revogação do parágrafo único e seus incisos I e II do art. 170 da Lei n.º 3.375, de 14 de novembro de 1997

A presente alteração visa atualizar o Código Tributário do Município, retirando de seu texto a UFIR como índice de atualização, harmonizando-o de acordo com o ordenamento jurídico pátrio.

A UFIR deixou de ser utilizada como indexador oficial em 2000. Ela foi criada em 1991 para corrigir monetariamente tributos e outras obrigações fiscais, mas com o tempo foi substituída por outros indexadores.

x) Para alteração do caput do art. 171 e alteração do §4º da Lei n.º 3.375, de 14 de novembro de 1997

A presente alteração tem como objetivo atualizar a numeração dos serviços mencionados no caput do art. 171 de acordo com a proposta da nova Lista Anexa à Lei 3.375/1997. Trata-se de uma necessidade de harmonização legislativa, de modo a garantir a segurança jurídica no ordenamento jurídico municipal.

y) Para a revogação do art. 171-A da Lei n.º 3.375, de 14 de novembro de 1997

A revogação do art. 171-A da Lei 3.375/1997 visa excluir a sistemática de tributação prevista especificamente para o profissional autônomo individual de contabilidade.

Considerando que a tributação do ISS referente às sociedades uniprofissionais já foi tratada no art. 171, a presente alteração visa extirpar da lei qualquer tratamento diferenciado dado à categoria específica, proporcionando igualdade tributária.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA VELHA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

"Deus seja louvado"

z) Para a alteração do caput do art. 171-B da Lei n.º 3.375, de 14 de novembro de 1997

A presente alteração tem como objetivo apenas compatibilizar a redação do dispositivo legal com a Lista de Serviços anexa à Lei n.º 4.127/2003, sanando inconsistências que podem gerar erros na tributação do ISS.

aa) Para a alteração do §1º do art. 172 da Lei nº 3.375, de 14 de novembro de 1997:

A presente alteração objetiva harmonizar a norma com os procedimentos administrativos fiscais de recolhimento e impugnação de débitos tributários constantes em Auto de Infração, compatibilizando ambos os prazos em 30 (trinta) dias.

bb) Para a inclusão do art. 178-A da Lei n.º 3.375, de 14 de novembro de 1997

A inclusão do Art. 178-A no Código Tributário Municipal objetiva a diminuição da Evasão Fiscal no Município de Vila Velha. O presente dispositivo elenca uma série de atividades praticadas pelos contribuintes que podem ser enquadradas como omissão de receita

cc) Para a alteração do §3º do art. 204 da Lei n.º 3.375, de 14 de novembro de 1997

Trata-se de alteração de dispositivo referente à apresentação de Laudo Técnico para a Impugnação do Contribuinte em face do arbitramento da base de cálculo do ITBI. O intuito da alteração é diminuir a exigência de laudos de 3 para 1, tornando o procedimento mais simples e acessível ao cidadão.

Essas são as razões, pelas quais submetemos o Projeto de Lei à apreciação dessa Casa de Leis, solicitando que os nobres Vereadores possam avaliar com a devida atenção as justificativas apresentadas e, ao final, colaborar com o Poder Executivo na aprovação desta importante norma, *em regime de urgência*.

Na oportunidade, apresentamos nossos protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Atenciosamente,

ARNALDO BORGIO FILHO
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA VELHA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
“Deus seja louvado”

PROJETO DE LEI Nº 033/2024

Altera e acrescenta dispositivos às Leis nº 4.127, de 04 de dezembro de 2003 e nº 3.375, de 14 de novembro de 1997 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VILA VELHA, Estado do Espírito Santo: Faço saber que o Povo, por intermédio de seus representantes, aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Altera os incisos II, III, XI, XII, XIX e § 1º do artigo 3º da Lei nº 4127, de 4 de dezembro de 2003, que passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º [...]

[...]

II - da instalação dos andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas, no caso dos serviços descritos no subitem 3.05 da lista anexa;

III - da execução da obra, no caso dos serviços descritos nos subitens 7.02 e 7.19 da lista anexa;

[...]

XI - da execução dos serviços de escoramento, contenção de encostas e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.17 da lista anexa;

XII - da limpeza e dragagem, no caso dos serviços descritos no subitem 7.18 da lista anexa;

[...]

XIX - da feira, exposição, congresso ou congêneres a que se referir o planejamento, organização e administração, no caso dos serviços descritos pelo subitem 17.10 da lista anexa;

[...]

§ 1º No caso dos serviços a que se refere o subitem 3.04 da lista anexa, considera-se ocorrido o fato gerador e devido o imposto em cada Município em cujo território haja extensão de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza, objetos de locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não.

[...]” (NR)

Art. 2º Altera o inciso II do artigo 6º da Lei Municipal nº 4.127, de 4 de dezembro de 2003, que passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º [...]

[...]

II - a pessoa jurídica, ainda que imune ou isenta, tomadora ou intermediária dos serviços descritos nos subitens 3.05, 7.02, 7.04, 7.05, 7.09, 7.10, 7.12, 7.16, 7.17, 7.19, 11.02, 17.05 e 17.10 da lista anexa, exceto na hipótese dos serviços do subitem 11.05, relacionados ao monitoramento e rastreamento a distância,



PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA VELHA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

"Deus seja louvado"

em qualquer via ou local, de veículos, cargas, pessoas e semoventes em circulação ou movimento, realizados por meio de telefonia móvel, transmissão de satélites, rádio ou qualquer outro meio, inclusive pelas empresas de Tecnologia da Informação Veicular, independentemente de o prestador de serviços ser proprietário ou não da infraestrutura de telecomunicações que utiliza;

[...]" (NR)

Art. 3º Altera o art. 7º da Lei nº 4127, de 4 de dezembro de 2003, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 7º Quando os serviços a que se referem o item 4 e os subitens 5.01 (exceto zootecnia), 7.01, 7.11 (exceto jardinagem, corte e poda de árvore), 17.14, 17.19 e 32.01, da lista de serviços anexa forem prestados por sociedades, ficarão estas sujeitas ao imposto em relação a cada profissional habilitado, embora assumindo responsabilidade pessoal nos termos da lei."
(NR)

Art. 4º O art. 8º e o seus §§2º, 4º e 5º da Lei nº 4.127, de 4 de dezembro de 2003, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 8º A base de cálculo do Imposto é o preço do serviço, como tal considerada a receita bruta a ele correspondente, sem nenhuma dedução, exceto as expressamente autorizadas em Lei.

[...]

§ 2º Não se incluem na base de cálculo do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza:

I - o valor dos materiais fornecidos pelo prestador dos serviços previstos nos itens 7.02 e 7.05 da lista de serviços anexa a esta Lei Complementar;

[...]

§ 4º Na prestação dos serviços a que se referem os subitens 7.02, 7.05 da Lista de Serviços anexa a esta Lei, executados sob regime de empreitada ou subempreitada, poderá ser deduzido da base de cálculo do imposto o percentual de 20% (vinte por cento) a título de materiais fornecidos pelo prestador.

§ 5º Somente poderá realizar a dedução prevista no parágrafo anterior o prestador do serviço que fornecer a totalidade dos materiais empregados na obra, conforme previsão em contrato." (NR)

Art. 5º Ficam revogados o §1º, incisos I e II, os incisos II, III e IV do §2º, os incisos I e II do §4º e os §§5º, 7º e 9º do art. 8º da Lei nº 4.127, de 04 de dezembro de 2019.

Art. 6º Fica revogado o art. 8º-A, e seus parágrafos, da Lei nº 4.127, de 04 de dezembro de 2003.

Art. 7º Fica revogado o art. 8º-B, inciso I e II e seus parágrafos, da Lei nº 4.127, de 04 de dezembro de 2003.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA VELHA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

"Deus seja louvado"

Art. 8º Ficam revogados os §§1º e 2º do art. 8º-D da Lei nº 4.127, de 4 de dezembro de 2003.

Art. 9º Ficam alterados os incisos do art. 9º da Lei nº 4127 de 04 de dezembro de 2003, que passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 9º [...]

I - para os subitens 4.01, 4.02, 4.03, 4.04, 4.05, 4.06, 4.07, 4.08, 4.09, 4.10, 4.11, 4.12, 4.13, 4.14, 4.15, 4.16, 4.17, 4.19, 4.20, 4.21, 4.22, 4.23 4.24, 7.21, 10.01, 10.09, 12.01, 12.03, 12.04, 12.05, 12.06, 12.07, 12.08, 12.09, 12.10, 12.11, 12.13, 12.14, 12.15, 12.17, 17.02 e 17.19 da Lista de Serviços anexa a alíquota será de 2,0% (dois por cento);

II - para os subitens 1.01, 1.02, 1.03, 1.04, 1.05, 1.06, 1.07, 1.08, 1.09, 8.01 e 8.02 da Lista de Serviços anexa a alíquota será de 2,5% (dois e meio por cento);

III - para os subitens 3.02, 3.03, 3.04, 3.05 e 9.01, da Lista de Serviços anexa, a alíquota será de 3% (três por cento);

IV - para os demais subitens da Lista de Serviços anexa a alíquota será de 5% (cinco por cento)." (NR)

Art. 10. Ficam revogados os incisos V, VI, VII, VIII, IX e X e o parágrafo único do art. 9º da Lei nº 4.127 de 04 de dezembro de 2003.

Art. 11. Fica revogado o art. 11 e o seu parágrafo único da Lei nº 4.127 de 04 de dezembro de 2003.

Art. 12. Altera a lista de serviços anexa a Lei nº 4.127 de 04 de dezembro de 2003, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Lista de serviços anexa à Lei nº 4.127

I Serviços de informática e congêneres.

1.01 - Análise e desenvolvimento de sistemas.

1.02 - Programação.

1.03 - Processamento, armazenamento ou hospedagem de dados, textos, imagens, vídeos, páginas eletrônicas, aplicativos e sistemas de informação, entre outros formatos e congêneres.

1.04 - Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos, independentemente da arquitetura construtiva da máquina em que o programa será executado, incluindo tablets, smartphones e congêneres.

1.05 - Licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação.

1.06 - Assessoria e consultoria em informática.

1.07 - Suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação e bancos de dados.

1.08 - Planejamento, confecção, manutenção e atualização de páginas eletrônicas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA VELHA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

"Deus seja louvado"

1.09 - Disponibilização, sem cessão definitiva, de conteúdos de áudio, vídeo, imagem e texto por meio da internet, respeitada a imunidade de livros, jornais e periódicos (exceto as distribuições de conteúdos pelas prestadoras de Serviço de Acesso Condicionado, de que trata a Lei Federal nº 12.485/2011, sujeita ao ICMS).

2 Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.

2.01 - Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.

3 Serviços prestados mediante locação, cessão de direito de uso e congêneres.

3.01 – Vetado na Lei Complementar 116, de 1º de agosto de 2003.

3.02 – Cessão de direito de uso de marcas e de sinais de propaganda.

3.03 - Exploração de salões de festas, centro de convenções, escritórios virtuais, "stands", quadras esportivas, estádios, ginásios, auditórios, casas de espetáculos, parques de diversões, canchas e congêneres, para realização de eventos ou negócios de qualquer natureza.

3.04 - Locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não, de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza.

3.05 - Cessão de andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário.

4 Serviços de saúde, assistência médica e congêneres.

4.01 - Medicina e biomedicina.

4.02 - Análises clínicas, patologia, eletricidade médica, radioterapia, quimioterapia, ultrassonografia, ressonância magnética, radiologia, tomografia e congêneres.

4.03 - Hospitais, clínicas, laboratórios, sanatórios, manicômios, casas de saúde, prontos-socorros, ambulatórios e congêneres.

4.04 - Instrumentação cirúrgica.

4.05 - Acupuntura.

4.06 - Enfermagem, inclusive serviços auxiliares.

4.07 - Serviços farmacêuticos.

4.08 - Terapia ocupacional, fisioterapia e fonoaudiologia.

4.09 - Terapias de qualquer espécie destinadas ao tratamento físico, orgânico e mental.

4.10 - Nutrição.

4.11 - Obstetrícia.

4.12 - Odontologia.

4.13 - Ortóptica.

4.14 - Próteses sob encomenda.

4.15 - Psicanálise.

4.16 - Psicologia.

4.17 - Casas de repouso e de recuperação, creches, asilos e congêneres.

4.18 - Inseminação artificial, fertilização "in vitro" e congêneres.

4.19 - Bancos de sangue, leite, pele, olhos, óvulos, sêmen e congêneres.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA VELHA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

"Deus seja louvado"

- 4.20 - *Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.*
- 4.21 - *Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.*
- 4.22 - *Planos de medicina de grupo ou individual e convênios para prestação de assistência médica, hospitalar, odontológica e congêneres.*
- 4.23 - *Outros planos de saúde que se cumpram por meio de serviços de terceiros contratados, credenciados, cooperados ou apenas pagos pelo operador do plano mediante indicação do beneficiário.*
- 4.24 - *Serviço de administração de benefícios relativos a planos de assistência à saúde.*
- 5 *Serviços de medicina e assistência veterinária e congêneres.*
- 5.01 - *Medicina veterinária e zootecnia.*
- 5.02 - *Hospitais, clínicas, ambulatórios, prontos-socorros e congêneres, na área veterinária.*
- 5.03 - *Laboratórios de análise na área veterinária.*
- 5.04 - *Inseminação artificial, fertilização "in vitro" e congêneres.*
- 5.05 - *Bancos de sangue e de órgãos e congêneres.*
- 5.06 - *Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.*
- 5.07 - *Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.*
- 5.08 - *Guarda, tratamento, amestramento, embelezamento, alojamento e congêneres.*
- 5.09 - *Planos de atendimento e assistência médico-veterinária.*
- 6 - *Serviços de cuidados pessoais, estética, atividades físicas e congêneres.*
- 6.01 - *Barbearia, cabeleireiros, manicuros, pedicuros e congêneres.*
- 6.02 - *Esteticistas, tratamento de pele, depilação e congêneres.*
- 6.03 - *Banhos, duchas, sauna, massagens e congêneres.*
- 6.04 - *Ginástica, dança, esportes, natação, artes marciais e demais atividades físicas.*
- 6.05 - *Centros de emagrecimento, "spa" e congêneres.*
- 6.06 - *Aplicação de tatuagens, piercings e congêneres.*
- 7 *Serviços relativos à engenharia, arquitetura, geologia, urbanismo, construção civil, manutenção, limpeza, meio ambiente, saneamento e congêneres.*
- 7.01 - *Engenharia, agronomia, agrimensura, arquitetura, geologia, urbanismo, paisagismo e congêneres.*
- 7.02 - *Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).*



PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA VELHA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

"Deus seja louvado"

7.03 - *Elaboração de planos diretores, estudos de viabilidade, estudos organizacionais e outros, relacionados com obras e serviços de engenharia; elaboração de anteprojetos, projetos básicos e projetos executivos para trabalhos de engenharia.*

7.04 - *Demolição.*

7.05 - *Reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).*

7.06 - *Colocação e instalação de tapetes, carpetes, assoalhos, cortinas, revestimentos de parede, vidros, divisórias, placas de gesso e congêneres, com material fornecido pelo tomador do serviço.*

7.07 - *Recuperação, raspagem, polimento e lustração de pisos e congêneres.*

7.08 - *Calafetação.*

7.09 - *Varição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer.*

7.10 - *Limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres.*

7.11 - *Decoração e jardinagem, inclusive corte e poda de árvores.*

7.12 - *Controle e tratamento de efluentes de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos.*

7.13 - *Dedetização, desinfecção, desinsetização, imunização, higienização, desratização, pulverização e congêneres.*

7.14 - *Vetado na Lei Complementar 116, de 1º de agosto de 2003.*

7.15 - *Vetado na Lei Complementar 116, de 1º de agosto de 2003.*

7.16 - *Florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte e descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e dos serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas, para quaisquer fins e por quaisquer meios.*

7.17 - *Escoramento, contenção de encostas e serviços congêneres.*

7.18 - *Limpeza e dragagem de rios, portos, canais, baías, lagos, lagoas, represas, açudes e congêneres.*

7.19 - *Acompanhamento e fiscalização da execução de obras de engenharia, arquitetura e urbanismo.*

7.20 - *Aerofotogrametria (inclusive interpretação), cartografia, mapeamento, levantamentos topográficos, batimétricos, geográficos, geodésicos, geológicos, geofísicos e congêneres.*

7.21 - *Pesquisa, perfuração, cimentação, mergulho, perfilagem, concretagem, testemunhagem, pescaria, estimulação e outros serviços relacionados com a exploração e exploração de petróleo, gás natural e de outros recursos minerais.*

7.22 - *Nucleação e bombardeamento de nuvens e congêneres.*

8 - *Serviços de educação, ensino, orientação pedagógica e educacional, instrução, treinamento e avaliação pessoal de qualquer grau ou natureza.*



PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA VELHA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

"Deus seja louvado"

- 8.01 - *Ensino regular pré-escolar, fundamental, médio e superior.*
- 8.02 - *Instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacional, avaliação de conhecimentos de qualquer natureza.*
- 9 - *Serviços relativos à hospedagem, turismo, viagens e congêneres.*
- 9.01 - *Hospedagem de qualquer natureza em hotéis, apart-service condominiais, flats, apart-hotéis, hotéis residência, residence-service, suíteservice, hotelaria marítima, motéis, pensões e congêneres; ocupação por temporada com fornecimento de serviço (o valor da alimentação e gorjeta, quando incluído no preço da diária, fica sujeito ao ISS).*
- 9.02 - *Agenciamento, organização, promoção, intermediação e execução de programas de turismo, passeios, viagens, excursões, hospedagens e congêneres.*
- 9.03 - *Guias de turismo.*
- 10 - *Serviços de intermediação e congêneres.*
- 10.01 - *Agenciamento, corretagem ou intermediação de câmbio, seguros, cartões de crédito, planos de saúde e planos de previdência privada.*
- 10.02 - *Agenciamento, corretagem ou intermediação de títulos em geral, valores mobiliários e contratos quaisquer.*
- 10.03 - *Agenciamento, corretagem ou intermediação de direitos de propriedade industrial, artística ou literária.*
- 10.04 - *Agenciamento, corretagem ou intermediação de contratos de arrendamento mercantil ("leasing"), de franquia ("franchising") e de faturização ("factoring").*
- 10.05 - *Agenciamento, corretagem ou intermediação de bens móveis ou imóveis, não abrangidos em outros itens ou subitens, inclusive aqueles realizados no âmbito de Bolsas de Mercadorias e Futuros, por quaisquer meios.*
- 10.06 - *Agenciamento marítimo.*
- 10.07 - *Agenciamento de notícias.*
- 10.08 - *Agenciamento de publicidade e propaganda, inclusive o agenciamento de veiculação por quaisquer meios.*
- 10.09 - *Representação de qualquer natureza, inclusive comercial.*
- 10.10 - *Distribuição de bens de terceiros.*
- 11 *Serviços de guarda, estacionamento, armazenamento, vigilância e congêneres.*
- 11.01 - *Guarda e estacionamento de veículos terrestres automotores, de aeronaves e de embarcações.*
- 11.02 - *Vigilância, segurança ou monitoramento de bens, pessoas e semoventes.*
- 11.03 - *Escolta, inclusive de veículos e cargas.*
- 11.04 - *Armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda de bens de qualquer espécie.*
- 12 *Serviços de diversões, lazer, entretenimento e congêneres.*
- 12.01 - *Espetáculos teatrais.*



PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA VELHA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

"Deus seja louvado"

- 12.02 - *Exibições cinematográficas.*
- 12.03 - *Espetáculos circenses.*
- 12.04 - *Programas de auditório.*
- 12.05 - *Parques de diversões, centros de lazer e congêneres.*
- 12.06 - *Boates, "taxi-dancing" e congêneres.*
- 12.07 - *Shows, ballet, danças, desfiles, bailes, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.*
- 12.08 - *Feiras, exposições, congressos e congêneres.*
- 12.09 - *Bilhares, boliches e diversões eletrônicas ou não.*
- 12.10 - *Corridas e competições de animais.*
- 12.11 - *Competições esportivas ou de destreza física ou intelectual, com ou sem a participação do espectador.*
- 12.12 - *Execução de música.*
- 12.13 - *Produção, mediante ou sem encomenda prévia, de eventos, espetáculos, entrevistas, shows, ballet, danças, desfiles, bailes, teatros, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.*
- 12.14 - *Fornecimento de música para ambientes fechados ou não, mediante transmissão por qualquer processo.*
- 12.15 - *Desfiles de blocos carnavalescos ou folclóricos, trios elétricos e congêneres.*
- 12.16 - *Exibição de filmes, entrevistas, musicais, espetáculos, shows, concertos, desfiles, óperas, competições esportivas, de destreza intelectual ou congêneres.*
- 12.17 - *Recreação e animação, inclusive em festas e eventos de qualquer natureza.*
- 13 *Serviços relativos à fonografia, fotografia, cinematografia e reprografia.*
- 13.01 - *Vetado na Lei Complementar 116, de 1º de agosto de 2003.*
- 13.02 - *Fonografia ou gravação de sons, inclusive trucagem, dublagem, mixagem e congêneres.*
- 13.03 - *Fotografia e cinematografia, inclusive revelação, ampliação, cópia, reprodução, trucagem e congêneres.*
- 13.04 - *Reprografia, microfilmagem e digitalização.*
- 13.05 - *Composição gráfica, inclusive confecção de impressos gráficos, fotocomposição, clicheria, zincografia, litografia e fotolitografia, exceto se destinados a posterior operação de comercialização ou industrialização, ainda que incorporados, de qualquer forma, a outra mercadoria que deva ser objeto de posterior circulação, tais como bulas, rótulos, etiquetas, caixas, cartuchos, embalagens e manuais técnicos e de instrução, quando ficarão sujeitos ao ICMS.*
- 14 *Serviços relativos a bens de terceiros.*
- 14.01 - *Lubrificação, limpeza, lustração, revisão, carga e recarga, conserto, restauração, blindagem, manutenção e conservação de máquinas, veículos, aparelhos, equipamentos, motores, elevadores ou de qualquer objeto (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).*



PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA VELHA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

"Deus seja louvado"

- 14.02 - *Assistência técnica.*
- 14.03 - *Recondicionamento de motores (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).*
- 14.04 - *Recauchutagem ou regeneração de pneus.*
- 14.05 - *Restauração, recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, plastificação, costura, acabamento, polimento e congêneres de objetos quaisquer.*
- 14.06 - *Instalação e montagem de aparelhos, máquinas e equipamentos, inclusive montagem industrial, prestados ao usuário final, exclusivamente com material por ele fornecido.*
- 14.07 - *Colocação de molduras e congêneres.*
- 14.08 - *Encadernação, gravação e douração de livros, revistas e congêneres.*
- 14.09 - *Alfaiataria e costura, quando o material for fornecido pelo usuário final, exceto aviamento.*
- 14.10 - *Tinturaria e lavanderia.*
- 14.11 - *Tapeçaria e reforma de estofamentos em geral.*
- 14.12 - *Funilaria e lanternagem.*
- 14.13 - *Carpintaria e serralheria.*
- 14.14 - *Guincho intramunicipal, guindaste e içamento.*
- 15 *Serviços relacionados ao setor bancário ou financeiro, inclusive aqueles prestados por instituições financeiras autorizadas a funcionar pela União ou por quem de direito.*
- 15.01 - *Administração de fundos quaisquer, de consórcio, de cartão de crédito ou débito e congêneres, de carteira de clientes, de cheques pré-datados e congêneres.*
- 15.02 - *Abertura de contas em geral, inclusive conta corrente, conta de investimentos e aplicação e caderneta de poupança, no País e no exterior, bem como a manutenção das referidas contas ativas e inativas.*
- 15.03 - *Locação e manutenção de cofres particulares, de terminais eletrônicos, de terminais de atendimento e de bens e equipamentos em geral.*
- 15.04 - *Fornecimento ou emissão de atestados em geral, inclusive atestado de idoneidade, atestado de capacidade financeira e congêneres.*
- 15.05 - *Cadastro, elaboração de ficha cadastral, renovação cadastral e congêneres, inclusão ou exclusão no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos - CCF ou em quaisquer outros bancos cadastrais.*
- 15.06 - *Emissão, reemissão e fornecimento de avisos, comprovantes e documentos em geral; abono de firmas; coleta e entrega de documentos, bens e valores; comunicação com outra agência ou com a administração central; licenciamento eletrônico de veículos; transferência de veículos; agenciamento fiduciário ou depositário; devolução de bens em custódia.*
- 15.07 - *Acesso, movimentação, atendimento e consulta a contas em geral, por qualquer meio ou processo, inclusive por telefone, fac-símile, internet e telex, acesso a terminais de atendimento, inclusive vinte e quatro horas;*



PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA VELHA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

"Deus seja louvado"

outro banco e à rede compartilhada; fornecimento de saldo, extrato e demais informações relativas a contas em geral, por qualquer meio ou processo.

15.08 - Emissão, reemissão, alteração, cessão, substituição, cancelamento e registro de contrato de crédito; estudo, análise e avaliação de operações de crédito; emissão, concessão, alteração ou contratação de aval, fiança, anuência e congêneres; serviços relativos à abertura de crédito, para quaisquer fins.

15.09 - Arrendamento mercantil ("leasing") de quaisquer bens, inclusive cessão de direitos e obrigações, substituição de garantia, alteração, cancelamento e registro de contrato, e demais serviços relacionados ao arrendamento mercantil ("leasing").

15.10 - Serviços relacionados a cobranças, recebimentos ou pagamentos em geral, de títulos quaisquer, de contas ou carnês, de câmbio, de tributos e por conta de terceiros, inclusive os efetuados por meio eletrônico, automático ou por máquinas de atendimento; fornecimento de posição de cobrança, recebimento ou pagamento; emissão de carnês, fichas de compensação, impressos e documentos em geral.

15.11 - Devolução de títulos, protesto de títulos, sustação de protesto, manutenção de títulos, reapresentação de títulos, e demais serviços a eles relacionados.

15.12 - Custódia em geral, inclusive de títulos e valores mobiliários.

15.13 - Serviços relacionados a operações de câmbio em geral, edição, alteração, prorrogação, cancelamento e baixa de contrato de câmbio; emissão de registro de exportação ou de crédito; cobrança ou depósito no exterior; emissão, fornecimento e cancelamento de cheques de viagem; fornecimento, transferência, cancelamento e demais serviços relativos à carta de crédito de importação, exportação e garantias recebidas; envio e recebimento de mensagens em geral relacionadas a operações de câmbio.

15.14 - Fornecimento, emissão, reemissão, renovação e manutenção de cartão magnético, cartão de crédito, cartão de débito, cartão salário e congêneres.

15.15 - Compensação de cheques e títulos quaisquer; serviços relacionados a depósito, inclusive depósito identificado, a saque de contas quaisquer, por qualquer meio ou processo, inclusive em terminais eletrônicos e de atendimento.

15.16 - Emissão, reemissão, liquidação, alteração, cancelamento e baixa de ordens de pagamento, ordens de crédito e similares, por qualquer meio ou processo; serviços relacionados à transferência de valores, dados, fundos, pagamentos e similares, inclusive entre contas em geral.

15.17 - Emissão, fornecimento, devolução, sustação, cancelamento e oposição de cheques quaisquer, avulso ou por talão.

15.18 - Serviços relacionados a crédito imobiliário, avaliação e vistoria de imóvel ou obra, análise técnica e jurídica, emissão, reemissão, alteração, transferência e renegociação de contrato, emissão e reemissão do termo de quitação e demais serviços relacionados a crédito imobiliário.

16 Serviços de transporte de natureza municipal.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA VELHA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

"Deus seja louvado"

16.01 - *Serviços de transporte coletivo municipal rodoviário, metroviário, ferroviário e aquaviário de passageiros.*

16.02 - *Outros serviços de transporte de natureza municipal.*

17 *Serviços de apoio técnico, administrativo, jurídico, contábil, comercial e congêneres.*

17.01 - *Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta lista; análise, exame, pesquisa, coleta, compilação e fornecimento de dados e informações de qualquer natureza, inclusive cadastro e similares.*

17.02 - *Datilografia, digitação, estenografia, expediente, secretaria em geral, resposta audível, redação, edição, interpretação, revisão, tradução, apoio e infraestrutura administrativa e congêneres.*

17.03 - *Planejamento, coordenação, programação ou organização técnica, financeira ou administrativa.*

17.04 - *Recrutamento, agenciamento, seleção e colocação de mão-de-obra.*

17.05 - *Fornecimento de mão-de-obra, mesmo em caráter temporário, inclusive de empregados ou trabalhadores, avulsos ou temporários, contratados pelo prestador de serviço.*

17.06 - *Propaganda e publicidade, inclusive promoção de vendas, planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade, elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários.*

17.07 - *Vetado na Lei Complementar 116, de 1º de agosto de 2003.*

17.08 - *Franquia ("franchising").*

17.09 - *Perícias, laudos, exames técnicos e análises técnicas.*

17.10 - *Planejamento, organização e administração de feiras, exposições, congressos e congêneres.*

17.11 - *Organização de festas e recepções; bufê (exceto o fornecimento de alimentação e bebidas, que fica sujeito ao ICMS).*

17.12 - *Administração em geral, inclusive de bens e negócios de terceiros.*

17.13 - *Leilão e congêneres.*

17.14 - *Advocacia.*

17.15 - *Arbitragem de qualquer espécie, inclusive jurídica.*

17.16 - *Auditoria.*

17.17 - *Análise de Organização e Métodos.*

17.18 - *Atuária e cálculos técnicos de qualquer natureza.*

17.19 - *Contabilidade, inclusive serviços técnicos e auxiliares.*

17.20 - *Consultoria e assessoria econômica ou financeira.*

17.21 - *Estatística.*

17.22 - *Cobrança em geral.*

17.23 - *Assessoria, análise, avaliação, atendimento, consulta, cadastro, seleção, gerenciamento de informações, administração de contas a receber ou a pagar e em geral, relacionados a operações de faturização ("factoring").*

17.24 - *Apresentação de palestras, conferências, seminários e congêneres.*



PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA VELHA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

"Deus seja louvado"

17.25 - Inserção de textos, desenhos e outros materiais de propaganda e publicidade, em qualquer meio (exceto em livros, jornais, periódicos e nas modalidades de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita).

18 Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.

18.01 - Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.

19 Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.

19.01 - Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.

20 Serviços portuários, aeroportuários, ferroportuários, de terminais rodoviários, ferroviários e metroviários.

20.01 - Serviços portuários, ferroportuários, utilização de porto, movimentação de passageiros, reboque de embarcações, rebocador escoteiro, atracação, desatracação, serviços de praticagem, capatazia, armazenagem de qualquer natureza, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, serviços de apoio marítimo, de movimentação ao largo, serviços de armadores, estiva, conferência, logística e congêneres.

20.02 - Serviços aeroportuários, utilização de aeroporto, movimentação de passageiros, armazenagem de qualquer natureza, capatazia, movimentação de aeronaves, serviços de apoio aeroportuários, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, logística e congêneres.

20.03 - Serviços de terminais rodoviários, ferroviários, metroviários, movimentação de passageiros, mercadorias, inclusive suas operações, logística e congêneres.

21 Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.

21.01 - Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.

22 Serviços de exploração de rodovia.

22.01 - Serviços de exploração de rodovia mediante cobrança de preço ou pedágio dos usuários, envolvendo execução de serviços de conservação, manutenção, melhoramentos para adequação de capacidade e segurança de trânsito, operação, monitoração, assistência aos usuários e outros serviços definidos em contratos, atos de concessão ou de permissão ou em normas oficiais.

23 Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.

23.01 - Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA VELHA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

"Deus seja louvado"

24 Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres.

24.01 - Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres.

25 Serviços funerários.

25.01 - Funerais, inclusive fornecimento de caixão, urna ou esquifes; aluguel de capela; transporte do corpo cadavérico; fornecimento de flores, coroas e outros paramentos; desembaraço de certidão de óbito; fornecimento de véu, essa e outros adornos; embalsamento, embelezamento, conservação ou restauração de cadáveres.

25.02 - Translado intramunicipal e cremação de corpos e partes de corpos cadavéricos.

25.03 - Planos ou convênios funerários.

25.04 - Manutenção e conservação de jazigos e cemitérios.

25.05 - Cessão de uso de espaços em cemitérios, para sepultamento.

26 Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courier e congêneres.

26.01 - Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courier e congêneres.

27 Serviços de assistência social.

27.01 - Serviços de assistência social.

28 Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.

28.01 - Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.

29 Serviços de biblioteconomia.

29.01 - Serviços de biblioteconomia.

30 Serviços de biologia, biotecnologia e química.

30.01 - Serviços de biologia, biotecnologia e química.

31 Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.

31.01 - Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.

32 Serviços de desenhos técnicos.

32.01 - Serviços de desenhos técnicos.

33 Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.

33.01 - Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.

34 Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.

34.01 - Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.

35 Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA VELHA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

“Deus seja louvado”

35.01 - Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.

36 Serviços de meteorologia.

36.01 - Serviços de meteorologia.

37 Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.

37.01 - Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.

38 Serviços de museologia.

38.01 - Serviços de museologia.

39 Serviços de ourivesaria e lapidação.

39.01 - Serviços de ourivesaria e lapidação (quando o material for fornecido pelo tomador do serviço).

40 Serviços relativos a obras de arte sob encomenda.

40.01 - Serviços relativos a obras de arte sob encomenda.” (NR)

Art. 13. Ficam alterados os incisos I e II do §1º do art. 56 da Lei nº 3.375, de 14 de novembro de 1997, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 56. [...]

§ 1º [...]

I - pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal;

II - pelo protesto judicial ou extrajudicial;

[...]” (NR)

Art. 14. Fica alterado o *caput* do art. 67 e acrescidos os §§1º e 2º da Lei n.º 3.375, de 14 de novembro de 1997, que passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 67. Constitui Dívida Ativa do Município de Vila Velha a proveniente de crédito de natureza tributária ou não, regularmente inscrito na unidade competente do órgão municipal de administração tributária, depois de esgotado o prazo fixado, para pagamento, pela lei ou por decisão final proferida em processo regular.

§ 1º Considera-se dívida ativa tributária os créditos da Fazenda Pública Municipal, proveniente de obrigação legal relativa aos tributos e respectivos adicionais e multas.

§ 2º Considera-se dívida ativa de natureza não tributária os demais créditos municipais, tais como multas de qualquer origem, exceto as tributárias, foros, laudêmios, aluguéis, custas processuais, preços públicos de serviços prestados por órgãos da administração pública municipal, direta ou indireta, indenizações, reposições, restituições, ressarcimentos aos cofres públicos municipais, fiança, aval ou outra garantia, dívidas de contratos em geral ou de outras obrigações legais não tributárias.” (NR)

Art. 15. Fica alterado o §1º do art. 69 da Lei nº 3.375, de 14 de novembro de 1997, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 69. [...]



PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA VELHA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

“Deus seja louvado”

§ 1º A inscrição do crédito tributário em dívida ativa sujeita o devedor à Multa de Dívida Ativa de 10% (dez por cento), incidindo sobre o valor atualizado do crédito, na forma da lei.

[...]” (NR)

Art. 16. Fica alterado o art. 138 da Lei nº 3.375, de 14 de novembro de 1997, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 138. O imposto sobre a propriedade predial incide sobre os imóveis edificados, ocupados ou não, e ainda que a construção tenha sido licenciada por terceiro ou feita em terreno alheio.” (NR)

Art. 17. Fica revogado o art. 140, e seus incisos, da Lei nº 3.375, de 14 de novembro de 1997.

Art. 18. Ficam acrescidos os §§ 1º e 2º ao art. 141 da Lei n.º 3.375, de 14 de novembro de 1997, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 141. [...]

[...]

§ 1º Aos imóveis com destinação exclusiva para o exercício da atividade prevista nos subitens 11.01, 11.04, 20.01 e 20.02 da lista de serviços da Lei n.º 4.127/2003, não edificados, aplicar-se-á a alíquota de que trata o inciso I do art. 149 desta Lei, desde que esteja em pleno funcionamento e devidamente inscrito no Cadastro Mobiliário.

§ 2º Para fazer jus à forma de tributação do parágrafo anterior, o contribuinte deve comprovar, mediante requerimento perante a Secretaria Municipal de Finanças, o regular enquadramento das atividades previstas nos subitens 11.01, 11.04, 20.01 e 20.02 até o vencimento da cota única do IPTU.”

Art. 19. Fica alterado o *caput* e o §3º e acrescidos os §§4º, 5º, 6º, 7º, 8º, 9º e 10 ao art. 151 da Lei nº 3.375, de 14 de novembro de 1997, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 151. O lançamento do IPTU é anual e será feito, de ofício, para cada imóvel ou unidade imobiliária independente, ainda que contíguo, levando-se em conta sua situação cadastral à época da ocorrência do fato gerador.

[...]

§ 3º Nos casos de condomínio, com unidades autônomas, será efetuado em nome dos respectivos proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores de cada unidade autônoma.

§ 4º nos casos de imóveis objetos de enfiteuse, usufruto ou fideicomisso, será efetuado em nome do enfiteuta, do usufrutuário e do fiduciário, respectivamente.

§ 5º nos casos de imóveis em inventário, em nome do espólio, e, ultimada a partilha, em nome dos sucessores.

§ 6º nos casos de imóveis pertencentes a massas falidas ou sociedades em liquidação, será efetuado em nome das mesmas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA VELHA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

"Deus seja louvado"

§ 7º Nos casos de compromissos de compra e venda, será efetuado em nome do promitente vendedor ou do compromissário comprador ou de ambos, a juízo da autoridade lançadora.

§ 8º Se verificada no cadastro imobiliário a falta de dados necessários ao lançamento do imposto, decorrente da existência de imóvel não cadastrado, nos casos de modificação da construção ou do uso, sem a prévia licença do órgão competente, o lançamento será efetuado com base nos dados apurados mediante procedimento fiscal.

§ 9º Ocorrendo a situação prevista no parágrafo anterior será lançado pelo Auditor Fiscal, auto de infração para cobrança do IPTU não recolhido.

§ 10. Quaisquer modificações introduzidas no imóvel posteriormente à ocorrência do fato gerador do IPTU somente serão consideradas para o lançamento do exercício seguinte." (NR)

Art. 20. Fica acrescido o art. 151-A a Lei nº 3.375, de 14 de novembro de 1997, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 151-A. O contribuinte será notificado da exigência do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, mediante publicação do Decreto do calendário fiscal de pagamentos do exercício no órgão de imprensa oficial local.

Parágrafo único. O Decreto conterá:

I - prazo para pagamento;

II - prazo para impugnação da exigência;

III - locais para retirada do talão do imposto ou segunda via, inclusive por meio eletrônico;

IV - desconto da cota única;

V- número de parcelas."

Art. 21. Fica acrescido o art. 154-A a Lei nº 3.375, de 14 de novembro de 1997, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 154-A. O sujeito passivo poderá impugnar o crédito tributário definitivamente constituído, no prazo de até 30 (trinta) dias, após o vencimento da primeira parcela ou da parcela única.

Parágrafo único. *Revisto o lançamento, com obediência às normas e exigências previstas neste artigo, será reaberto o prazo de 30 (trinta) dias ao sujeito passivo, para efeito de pagamento do tributo ou da diferença deste, sem acréscimo de multa, e com o desconto da cota única previsto."*

Art. 22. Fica revogado o inciso IV do art. 155 da Lei nº 3.375, de 14 de novembro de 1997.

Art. 23. Fica revogado o parágrafo único e seus incisos I e II do art. 170 da Lei nº 3.375, de 14 de novembro de 1997.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA VELHA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

“Deus seja louvado”

Art. 24. Fica alterado o *caput* do art. 171 e alterado a redação do §4º da Lei nº 3.375, de 14 de novembro de 1997, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 171. Quando os serviços a que se referem os subitens 4.01, 4.06, 4.08, 4.10, 4.11, 4.12, 4.13, 4.14, 4.16, 5.01, 7.01, 17.14, 17.16, 17.19 e 17.20 da lista de serviços Anexa a Lei nº 4.127/2003, forem prestados por sociedades uniprofissionais, estas ficarão sujeitas ao recolhimento do imposto em cota fixa anual em relação a cada profissional habilitado, sócio, empregado ou não, que preste serviço em nome da sociedade uniprofissional, embora assumindo responsabilidade pessoal, nos termos da Lei”.

[...]

§ 4º Ocorrendo qualquer das hipóteses previstas no parágrafo 2º deste artigo, o imposto incidirá sobre o preço do serviço e será apurado levando-se em conta a receita bruta mensal da sociedade, observada a alíquota aplicável.

[...]” (NR)

Art. 25. Fica revogado o art. 171-A e seus parágrafos e a tabela I-A da Lei nº 3.375, de 14 de novembro de 1997 e todos os seus parágrafos.

Art. 26. Fica alterado o *caput* do art. 171-B da Lei nº 3.375, de 14 de novembro de 1997, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 171-B. As pessoas jurídicas prestadoras de serviços contábeis constantes do subitem 17.19 da lista anexa à Lei nº 4.127, de 04 de dezembro de 2003, optantes e incluídas no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional, instituído pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pelas Leis Complementares nºs 127, de 14 de agosto de 2007, e 128, de 19 de dezembro 2008, ficam sujeitas à tributação fixa do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, conforme Tabela I - B, por cada sócio e profissional habilitado, com responsabilidade técnica pessoal, por ano.” (NR)

Art. 27. Fica alterado o §1º do art. 172 da Lei nº 3.375, de 14 de novembro de 1997, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 172. [...]

§ 1º As diferenças do imposto apurado em levantamento fiscal constarão de auto de infração, e o valor apurado será recolhido dentro do prazo de 30 (trinta) dias contínuos, contados da data de ciência do auto, sem prejuízo das penalidades cabíveis.” (NR)

Art. 28. Fica acrescido o art. 178-A a Lei nº 3.375, de 14 de novembro de 1997, com a seguinte redação:

“Art. 178-A. Caracteriza-se como omissão de receita tributável pelo ISS, a ocorrência, dentre outras, de qualquer das seguintes hipóteses, consideradas isolada ou conjuntamente:

I - auferição de receita sem a devida comprovação contábil da sua origem;



PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA VELHA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

"Deus seja louvado"

II - escrituração de suprimentos sem a respectiva documentação comprobatória, com datas, valores, bem como as importâncias entregues pelo supridor, comprovada, em todo o caso, a disponibilidade financeira do mesmo;

III - ocorrência de saldo credor nas contas da escrita contábil relativas a caixa e bancos;

IV - manutenção nas contas contábeis do passivo de obrigações já pagas ou cuja exigibilidade não seja comprovada;

V - falta de escrituração de pagamentos efetuados;

VI - não conciliação entre a movimentação lançada na escrita fiscal e/ou contábil da pessoa jurídica e a movimentação financeira de suas contas de depósito ou de investimento, no que se refere a valores creditados e respectivas datas;

VII - diferença a maior entre o valor da receita de prestação de serviços escriturada nos livros contábeis e os declarados ou escriturados na escrituração fiscal;

VIII - efetivação de pagamento sem a correspondente disponibilidade financeira;

IX - adulteração de livros ou de documentos fiscais, bem como a falsificação destes;

X - emissão de documento fiscal consignando preço inferior ao valor real da operação, ou com valor muito inferior ao preço praticado no mercado;

XI - quando o contribuinte efetuar a prestação de serviços sem a determinação do preço;

XII - os valores ingressados em conta de depósito ou de investimento mantida junto à instituição financeira, de sujeito passivo que exerça atividades exclusivamente prestacionais, em relação aos quais, o titular, pessoa física ou jurídica, regularmente intimado, não comprove, mediante documentação hábil e idônea, a origem não tributável do ISS dos recursos utilizados nessas operações ou não comprove a emissão de documento fiscal correspondente ao respectivo recurso financeiro;

XIII - notas fiscais emitidas por estabelecimentos do mesmo grupo (filiais/matriz) localizados fora do município, onde haja fortes indícios de que os serviços foram efetivamente realizados no Município de Vila Velha (filiais fictícias);

XIV - o valor total do contrato de locação, quando:

a) não houver estipulação da prestação de serviços e esta for indispensável em virtude da natureza do bem locado;

b) a segregação do preço dos serviços referente à locação dos bens móveis for incompatível com os custos envolvidos ou à margem aplicável à atividade;

c) restar configurada a prestação de serviços e ter sido declarado pelo sujeito passivo em nota fiscal ou qualquer outro documento apenas a locação de bens móveis;

d) o bem locado for utilizado exclusivamente pelo locador para prestar serviço ao locatário;



PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA VELHA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

"Deus seja louvado"

XV - o valor do serviço prestado a tomador responsável tributário, lançado em livros fiscais e contábeis ou declaração eletrônica do Município, sem a incidência do ISS, quando o tomador não fornecer as notas fiscais de serviços e contratos correspondentes à prestação dos serviços que comprovem a exatidão dos fatos;

XVI - valores de notas fiscais emitidas neste Município, por contribuinte enquadrado no Simples Nacional, após efetuar a alteração de endereço para outro município junto à Receita Federal do Brasil, sem a respectiva baixa no Cadastro Mobiliário do Município de Vila Velha.

§ 1º A apuração da receita poderá basear-se na documentação referente aos atos negociais de que a pessoa jurídica tenha participado, caso esteja a mesma dispensada de escrituração contábil, nos termos da legislação vigente.

§ 2º Para os efeitos do disposto nesta Lei, são também considerados documentos fiscais as declarações, inclusive por via eletrônica de dados, e os documentos resultantes do cumprimento de obrigação acessória nas esferas federal, estadual e municipal.

§ 3º Na hipótese de configuração de confusão patrimonial entre a pessoa jurídica e a pessoa física do sócio, administrador ou empregado, ou familiares destes até o terceiro grau, presumir-se-á como omissão de receitas de serviços os valores ingressados em conta de depósito ou de investimento mantida junto à instituição financeira em nome das pessoas físicas envolvidas nas operações, desde que, após regularmente intimadas, não comprovem, mediante documentação hábil e idônea, que os recursos utilizados nessas operações não são hipótese de incidência do ISS.

§ 4º Para efeitos do § 3º deste artigo, configura-se a confusão patrimonial a circulação de valores não registrados contabilmente, ou, registrados e não autorizados pelas normas contábeis, trabalhistas, previdenciárias e/ou tributárias vigentes.

§ 5º Valem as mesmas presunções previstas nos incisos VI e XII deste artigo, no caso de valores apurados através de extratos de vendas em cartões de crédito ou débito, fornecidos pelo próprio contribuinte ou por meio de operadoras ou administradoras de cartões de crédito ou débito, ou assemelhadas.

§ 6º Para aplicação das presunções previstas nos incisos II, IV, V e VI deste artigo, o contribuinte deve ter sido notificado a apresentar documentos que amparem tais lançamentos contábeis, e não os ter fornecido, ou ter entregue informações sem fidedignidade ou inexistentes.

§ 7º Na situação prevista no inciso III deste artigo, a omissão de receitas será apurada com base no maior valor de saldo credor no período de apuração, por meio da glosa de lançamentos contábeis sem amparo documental adequado ou fidedigno, ou da adição de outros fatos contábeis não escriturados, sendo observados, para isso, as presunções dos incisos II, IV, V e VI deste artigo.

§ 8º No caso da configuração da inexistência de fato de estabelecimento prestador em outro município, conforme inciso XIII deste artigo, o ISS será apurado com base no preço dos serviços discriminados em documentos fiscais emitidos no outro município em que não existia de fato o estabelecimento, e



PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA VELHA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

“Deus seja louvado”

demais elementos possíveis para apuração da base de cálculo do imposto, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

§ 9º Será considerada ocorrida a simulação da locação de bens móveis, conforme descrito no inciso XIV deste artigo, quando, concomitantemente:

I - os bens locados forem utilizados exclusivamente em atividades relacionadas à prestação do serviço contratado;

II - não for transferida a posse, utilização e responsabilidade sobre o uso correto do bem locado ao locatário;

III - o locador se responsabilizar, mesmo que parcialmente, pelo resultado da utilização do bem locado.

§ 10. As presunções previstas neste artigo são relativas e podem ser ilididas, mediante prova documental da não ocorrência do fato presumido em qualquer etapa da fiscalização ou do processo contencioso.”

Art. 29. Fica alterado o §3º do art. 204 da Lei nº 3.375, de 14 de novembro de 1997, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 204 [...]

[...]

§ 3º A impugnação do valor fixado como base de cálculo do imposto será endereçada à repartição municipal que efetuar o cálculo, acompanhada de um laudo técnico de avaliação, feito por profissional habilitado, do imóvel ou direito transmitido.” (NR)

Art. 30. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, respeitando o princípio da noventena.

Vila Velha, ES, 03 de dezembro de 2024.


ARNALDO BORGÓ FILHO
Prefeito Municipal